

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO (CMDU) – BIÊNIO 2023-2025 – 28/08/2024**

Às nove horas e vinte e dois minutos, do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, foi realizada a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), biênio 2023-2025. Ressalta-se que às nove horas não havia quórum e, portanto, a reunião foi iniciada às nove horas e vinte e dois minutos com os participantes presentes, em segunda chamada. Estavam presentes os membros relacionados na lista de presença anexa. O Sr. Presidente Arq. Glaucus Renzo Farinello (SEDURB) iniciou a reunião ordinária, agradecendo a presença de todos. A reunião foi desenvolvida com a seguinte pauta: 1. Aprovação da ata da 9ª Reunião Ordinária, previamente enviada por e-mail. O Sr. Luiz Pereira dos Santos, da Frente por Moradia da Baixada Santista, contribuição por e-mail: “terá parceria por parte do mtst no atendimento da demanda local? Caso afirmativo, que seja através do CMH, ou pela Frente por Moradia da Baixada Santista, entidade que também pleiteou a área em questão”. O Sr. Presidente considerou a contribuição como atendida pela própria ata enviada previamente. Como não houve mais nenhuma manifestação, foi dispensada a leitura da ata da 9ª Reunião Ordinária, sendo aprovada por unanimidade. Passando para o item 2, Rampa de bicicleta na passarela da Alfandega, o Sr. Presidente convidou o Sr. Gabriel dos Santos Ramos para apresentar a proposta da Rampa. O Sr. Gabriel fez um breve resumo do histórico da passarela. Explicou que a passarela foi inaugurada no ano passado, possuindo duas escadas, dois elevadores e duas canaletas para bicicleta. Disse que não é possível subir a bicicleta pela canaleta juntamente com outros objetos nas mãos. Principalmente caixas ou ferramentas de trabalho. O Sr. Gabriel pediu para o Arq. Reginaldo explicar os detalhes técnicos. Explicou que os projetistas enfrentaram problema com a falta de espaço. Como, por exemplo, atrás da passarela tem uma subestação que precisa de acesso para manutenção. E que a passarela está dentro da norma NBR 9050. O Sr. Flávio Balula Júnior, do Órgão responsável pela Ouvidoria – OTC, perguntou como será o conflito entre as bicicletas descendo a rampa em direção à travessia e as pessoas descendo a escada em direção ao parque. Porque talvez o ciclista não desça da bicicleta durante a travessia da rampa. Sr. Gabriel respondeu que a passarela não é planejada para ir pedalando, tem que descer da bicicleta. Mas que não tem o impedir, e terá sinalização. A Arq. Laís de Oliveira, do Órgão responsável pelo Desenvolvimento Urbano – SEDURB, questionou a inclinação da rampa. Explicou que apesar da norma permitir, não é funcional. Pois o cadeirante precisaria de corrimão para usar as duas mãos, a arquiteta questionou se a rampa não poderia ser apenas para bicicletas, e assim ser mais curta e mais inclinada o que permitiria acomodar a mesma em outra configuração, já que existem os elevadores, e que estes deveriam ser restritos a pessoas com dificuldade de locomoção.

Sugeriu ainda que fosse encaminhado aos membros do CMDU, sobretudo os arquitetos e urbanistas a planta de situação da passarela para que pudessem contribuir e fazer sugestões. O Sr. Gabriel entende e explicou que pela norma, o cadeirante precisará de alguém empurrando. A Sra. Natasha Mendes Gabriel, do Instituto Elos Brasil, informou que o fluxo de bicicletas direcionada a barca cruzará com o fluxo de os pedestres em direção ao Parque. Questionou se seria possível inverter o lado da rampa. Informou ainda que a entrada do parque vai ficar muito próxima da rampa. E se seria possível inverter o sentido da última parte da descida da rampa. Questionou ainda se terá ciclovia conectando esse acesso das bicicletas. O Sr. Presidente explicou que por enquanto essa passarela é o único acesso ao parque, mas que no futuro terão novos acessos. Explicou ainda que existe um estudo, paralisado no momento por causa das obras. O estudo é transformar o trecho da Rua Senador Feijó, entre a Alfandega e a Rua João Pessoa, em um grande calçadão. Para pedestres e ciclistas, conectado a rampa à ciclovia da Rua João pessoa. O Sr. Gabriel sugeriu fazer uma sinalização horizontal para diminuir o conflito entre ciclistas e pedestres. O Sr. Gabriel explicou ainda que foi estudado inverter o lado da rampa, mas fica inviável por causa das vigas estruturais da passarela. O Sr. Reginaldo explicou que foi estudado inverter o lado da descida da rampa, mas é inviável por causa da subestação. Não havia gabarito para o acesso do equipamento de manutenção. A Sra. Natasha Mendes sugeriu ter um bicicletário. O Sr. André Jost Mafra, do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo, sugere que a passarela esteja na norma para o cadeirante, para ser uma opção de acesso em caso do elevador quebrar. O Sr. Presidente explica que esse projeto surge da obrigação de eliminar o conflito com a ferrovia. E quando o elevador quebra, é obrigatório abrir o portão de baixo. Passando para o item 3, Apresentação das propostas da 7ª Conferência das Cidades. O Sr. Presidente convidou a Arq. Renata Sioufi Fagundes dos Santos, do Órgão responsável pelo Desenvolvimento Urbano – SEDURB, para fazer a apresentação. Segue anexo a esta ata a apresentação. Passando para o Item 4, Assuntos gerais. A Sra. Maria Helena Pereira de Sá, da Prodesan, pede para constar em ata que a cadeira da Prodesan foi retirada do CMDU, sem ser sido comunicada. A Sra. Natasha Mendes questiona se as propostas votadas na conferencia de habitação serão discutidas neste ano. O Sr. Luiz Pereira dos Santos, da Frente por Moradia da Baixada Santista, observou que a 13ª Conferencia Municipal da Habitação aconteceu há um ano. Então nós temos um prazo para a discussão, e no entanto, estamos passando a Conferencia das Cidades na frente, e ela tem prazo até o ano que vem. Sugere que a discussão dos assuntos seja invertida. A Arq. Laís de Oliveira perguntou aos conselheiros se alguém tem oposição em trocar a discussão da Conferência Municipal das Cidades pela Conferência Municipal da Habitação. Ninguém se opôs. Por unanimidade foi decidido priorizar discutir a Conferência Municipal da Habitação. A Sra. Natacha Mendes questionou se o Shopping do

Jabaquara será discutido, já que o Estudo de Impacto de Vizinha, EIV, foi executado para o empreendimento. A Arq. Lais de Oliveira explicou que o prazo para contribuição desse EIV é de 30 dias, e que já passou. A Sra. Vitória Santos Oliveira, da Associação de Moradores da Rua João Carlos da Silva e Adjacências - Bairro São Manoel, questiona a forma de aprovação desse projeto na Comissão Municipal de Impacto de Vizinhança, COMAIV, pois foi aprovado como projeto modificativo. O projeto não teve modificação e foi aprovado agora. A Arq. Lais informou que houve uma Audiência Pública, na Câmara Municipal, promovida pelo vereador Chico Nogueira, dois dias atrás, mas que foi extemporânea, pois já havia passado o prazo de análise e contribuição do Estudo de Impacto de vizinhança. Ao questionarem sobre as medidas mitigadora e compensatórias a arquiteta sugere que seja acrescentado como pauta futura esclarecer esse assunto e convocar os membros da COMAIV, mas acrescenta que o prazo para contribuir com esse EIV já passou. Não havendo nenhuma outra manifestação, a Arq. Lais de Oliveira agradeceu a presença de todos e, como nada mais havia a ser tratado, às onze horas e quarenta minutos, deu os trabalhos por encerrados. Eu, Gunther Graf Junior _____ lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será ao final subscrita pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Glaucus Renzo Farinello _____ presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.